

# ORBIS

Boletim Trimestral do  
LEPEB-UFF



**Vol.1 – Nº 1**  
**Janeiro-Março/2023**  
**ISSN: 2965-2235**

## Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

### “Permitam-me (...) dizer o óbvio, o óbvio que, no entanto, foi negado nos últimos quatro anos”: os direitos humanos em 100 dias de governo Lula

Karime Ahmad B. Cheaito\*

No plano teórico-legal, os Direitos Humanos foram estabelecidos como fundamentos em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Reconhece-se como direitos humanos os direitos inerentes à toda humanidade, independentemente de gênero, classe social, crença, raça, nacionalidade ou qualquer outra condição de diferenciação. Apesar dos debates existentes em torno do seu lugar de formulação, da sua politização e instrumentalização e das denúncias de violação, seu objetivo principal e originário é fornecer um respaldo que garanta, através de um caráter universal, uma nova concepção de direitos e garantias para todos os seres humanos.

Eleito em 30 de outubro de 2022 para o seu terceiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um país recém-saído de um governo de extrema-direita, com a sociedade dividida e fortemente influenciada por uma agenda ultraconservadora, que transcende a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. Dentre as diversas mazelas herdadas do governo anterior, destacam-se as sequelas e os retrocessos deixados por uma agenda de “direitos humanos não-universais”. No Fórum Econômico Mundial de Davos em 2019, Bolsonaro chegou a afirmar: “Vamos defender a família e os *verdadeiros direitos humanos*”. Mesmo antes do bolsonarismo, os direitos humanos já eram compreendidos setores mais à direita da sociedade como “defesa de bandido”. Com Bolsonaro, evidenciava-se que, dentro daquele governo, as ideias e políticas que fundamentariam a pasta de direitos humanos seriam baseadas no conservadorismo (RAMOS, 2020). A escolha de Damares Alves para comandar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, exemplifica esse ponto. Antes de ser ministra, Damares já se mostrava alinhada com a ideia da “família tradicional conservadora”, foi uma das fundadoras do Movimento Brasil sem Aborto e uma das pioneiras em divulgar falsas informações sobre o “ensino de homossexualidade nas escolas”, que, em 2018, se consagrou na fala de Bolsonaro sobre o falso “kit gay”.

De acordo com o estudo “A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União”, produzido pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), durante o governo Bolsonaro, o Brasil retrocedeu no combate às desigualdades e na preservação dos



direitos humanos. De acordo com os dados apresentados, entre 2019 e 2021 os recursos financeiros destinados à promoção da igualdade racial diminuíram mais de oito vezes; os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres caíram 46% e a execução das verbas destinadas ao sistema socioeducativo encolheu 70%.

Os efeitos foram nefastos. A Anistia Internacional chegou a divulgar um relatório de 32 violações de direitos humanos e retrocessos advindos dos mil dias de governo Bolsonaro. Essas violações foram organizadas pela instituição em seis temáticas: gestão da pandemia; liberdade de expressão e ataques à imprensa; discursos antidireitos humanos; violações na Amazônia e direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais; aumento do acesso a armamentos e política de segurança pública; e ameaças ao estado de direito.

Com 100 dias de governo, como o presidente Lula tem conseguido lidar com essa pesada herança? Para realizar essa reflexão, é melhor “começar pelo começo”: a escolha do ministro. O advogado, professor, jurista e filósofo Silvio Almeida – que há mais de 20 anos, atua nas áreas do direito empresarial, do direito econômico e tributário e dos direitos humanos - foi o escolhido por Lula para assumir o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No âmbito acadêmico, principalmente entre os pesquisadores das questões de direitos humanos e raciais, o nome de Almeida já era bastante reconhecido devido à sua obra “Racismo Estrutural” (2019). Para além do espaço acadêmico e teórico, o ministro também era conhecido entre os movimentos sociais por ter presidido o Instituto Luiz Gama, organização de direitos humanos voltada à defesa jurídica das minorias e de causas populares. A troca de Damares Alves por Silvio Almeida trouxe, desde o início, expectativas na ala progressista de que os retrocessos do governo anterior pudessem ser amenizados, apesar dos desafios.

O atual Ministério está dividido nas seguintes áreas de atuação: 1) mulheres; 2) criança e adolescente; 3) juventude; 4) pessoa idosa; 5) pessoa com deficiência e doenças raras; 6) população negra e povos e comunidades tradicionais; 7) pessoas ameaçadas de morte; 8) pessoas desaparecidas; 9) registro civil de nascimento; 10) população em situação de rua; 11) pessoas em situação de trabalho escravo e tortura. Embora 100 dias de governo ainda seja um intervalo de tempo muito curto para conseguirmos fazer análises mais profundas e, principalmente, conseguir prever como a pasta dos direitos humanos vai se desenvolver, é possível apreender o que foi feito e elaborar algumas reflexões. Para realizar esse levantamento, optou-se por analisar os feitos a partir de pautas que haviam sido levantadas pelo presidente desde sua campanha.

O combate a fome pode ser apreendido como a principal agenda do governo desde o período eleitoral. Por esse motivo, nesses 100 dias, identificou-se que essa foi a pauta que mais avançou. O direito humano à alimentação adequada (DHAA) é garantido em nossa constituição (1988): Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição.

A retomada do Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) exemplificam a atenção dada à política de combate à fome. O Bolsa Família foi recriado, com mínimo de R\$ 600 e adicional de R\$ 150 por criança menor de 7 anos. A partir de junho, foi prometido extra de R\$ 50 para gestantes e pessoas de 7 a 18 anos. O PAA tem como objetivo atender tanto a agenda de combate à fome, como as demandas dos pequenos produtores, responsáveis por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A recriação do programa tem como principal objetivo a compra de frutas, verduras, legumes e outros alimentos produzidos por pequenos produtores para encaminhamento para as populações em situação de vulnerabilidade social. Em sua nova versão, o programa quer incentivar a participação de agricultores indígenas e oriundos de comunidades tradicionais, assim como de mulheres agricultoras.

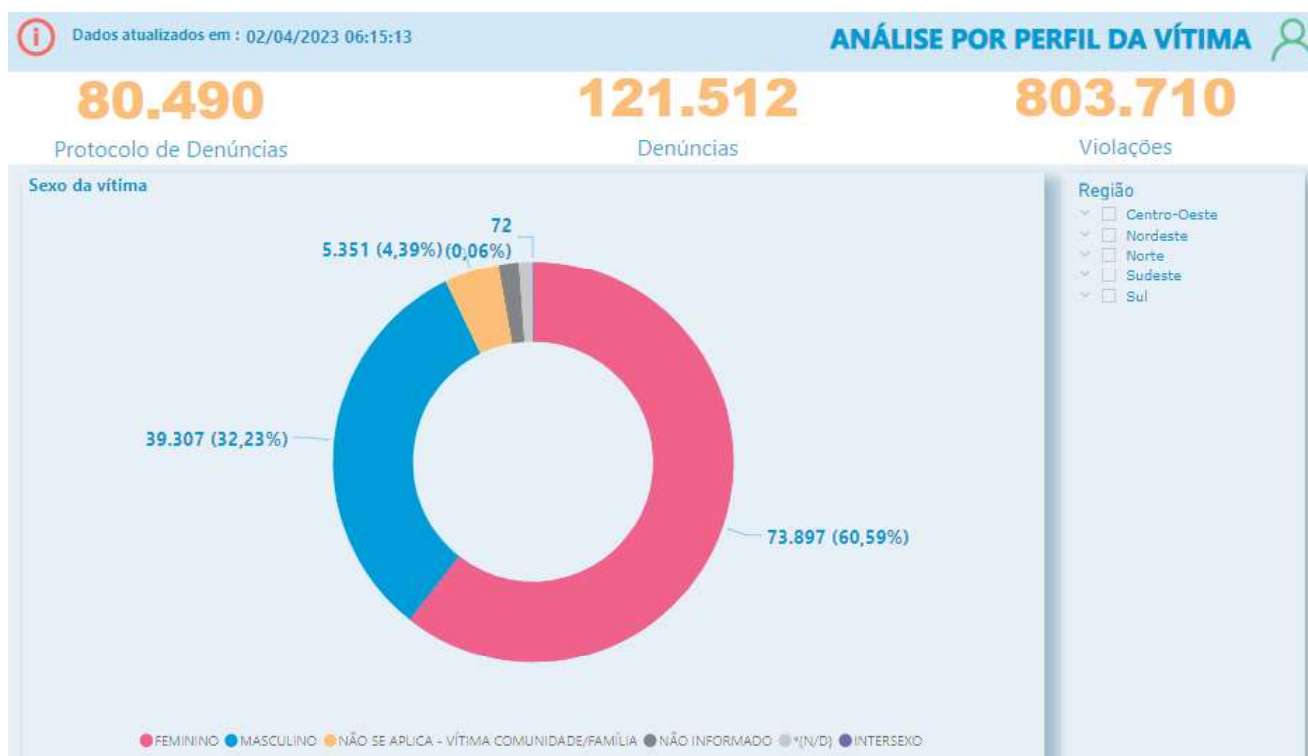
A segunda área analisada foi sobre as populações indígenas. O início do atual governo ficou marcado pelas denúncias da negligência estatal em relação à crise sanitária e humanitária que assolava os Yanomamis, principalmente devido ao garimpo ilegal que se intensificou no governo anterior. Como já havia sido prometido em campanha, ao assumir a presidência, Lula criou o Ministério dos Povos Indígenas, recriou o Conselho Nacional de Política Indigenista e reestruturou a Funai, que foi rebatizada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas e sob o histórico comando de uma mulher indígena. Diante o genocídio dos povos Yanomamis, o governo elaborou medidas de socorro, que envolviam atendimentos médicos, resgate e distribuição de alimentos e, em fevereiro, a Polícia Federal deu início à Operação Libertação para combater a logística e a prática do garimpo ilegal na região.

Sobre a área de assistência médica, um dos programas recriados – inclusive por causa da grave situação Yanomamis – foi o Mais Médicos. Extinto em 2019 e permeado por um conjunto de *Fake News* desenvolvidas por Bolsonaro e seus apoiadores, o programa Mais Médicos retornou e tem sido um dos alvos de maiores críticas dos opositores. Com isso, nota-se um esforço por parte da comunicação do governo de apresentar e explicar como o programa funcionará. Com prioridades dadas para os

médicos brasileiros formados no Brasil ou no exterior, estima-se que até o final de 2023 serão 28 mil profissionais fixados em todo o país, principalmente nas áreas de extrema pobreza e regiões de alta vulnerabilidade social. Com isso, mais de 96 milhões de brasileiros terão a garantia de atendimento médico na atenção primária.

Uma das temáticas mais repercutidas durante o governo Bolsonaro foi a negligência e a redução de recursos ao atendimento e aos canais de denúncia de violência contra mulheres. Essa era também uma pauta que o presidente reforçou em sua campanha e que tem sido protagonizada pela primeira-dama, Rosângela da Silva (Janja). Nestes 100 dias, o governo relançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com foco no combate ao feminicídio, liberou recursos para a construção de 40 Casas da Mulher Brasileira para abrigar vítimas de violência doméstica, e, mais recentemente, determinou o funcionamento por 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e estendeu o Ligue 180 para o WhatsApp.

De janeiro a março, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registrou os seguintes dados sobre as denúncias recebidas, o que evidencia a importância de se continuar lutando e combatendo a violência de gênero no país:



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (janeiro a março/2023)

Há poucos dias, em 04 de abril, foi divulgada a instituição do Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos, que será concedido a cada dois anos a pessoas que mereçam destaque nas áreas de promoção de defesa desses direitos. Em meio a polêmicas, o prêmio foi instituído após a revogação da Ordem do Mérito Princesa Isabel, que havia sido criada por Bolsonaro. Observa-se que, para as forças políticas que compõem o “núcleo duro” do governo, a igualdade racial é uma agenda presente, latente, urgente e necessária. Além da criação do Ministério da Igualdade Racial, determinou-se reserva de vagas para pessoas negras na administração pública, criou-se o programa Aquilomba Brasil, que visa a promoção dos direitos da população quilombola, criou-se um grupo de trabalho interministerial para elaboração do novo Programa Nacional de Ações Afirmativas e determinou a conclusão do Plano Juventude Negra.

O governo vem cumprindo também a promessa de campanha de pluralidade nos ministérios, com a inclusão de minorias como mulheres, negros e negras, indígenas, PCDs e LGBTQIA+. Nessa mesma direção, o governo afirmou que irá recriar o Conselho de Combate à Discriminação LGBTQIA+, órgão participativo extinto durante a gestão Bolsonaro, ao mesmo tempo em que a comunidade LGBTQIA+ brasileira pressiona o governo para a criação de políticas públicas mais efetivas.

Em síntese, no balanço desses cem dias, está claro que pautas que haviam sido levantadas durante a campanha, no que concerne a garantia de direitos humanos no país, estão sendo movimentadas. Contudo, o caminho ainda será longo e contará com pressões, internas e externas. Sobre as pressões e cobranças externas, destacam-se a proteção dos povos indígenas e a ampliação das investigações sobre os atentados de 08 de janeiro, que ameaçaram instituições democráticas. Em fevereiro, o ministro Silvio Almeida representou o governo no Conselho de Direitos Humanos da ONU e elencou algumas propostas de cooperação, que funcionam como indicativos de quais deverão ser as pautas prioritárias para o ministério nos próximos meses. As propostas foram descritas como “alianças”, sendo elas: “aliança pela sobrevivência”, em referência à crise humanitária vivenciada por povos indígenas; “aliança pela vida decente”, referindo-se ao compromisso de combate à pobreza, trabalho digno e direito ao lazer; “aliança pelo direito ao desenvolvimento”, em defesa da cooperação para o desenvolvimento entre países da periferia do capitalismo; e “aliança contra o ódio”, em sintonia com a recente criação pelo ministério de um grupo de trabalho de combate ao discurso de ódio. Como assinalou, com propriedade, o ministro Silvio Almeida: “a extrema direita e o fascismo crescem e articulam-se em um poder de redes que não conhece fronteiras. É nossa missão fazer com que o amor, a solidariedade e a paz também não conheçam fronteiras”.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ações e Programas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-e-programas-1>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BOLSONARO em Davos em 4 pontos: reformas, meio ambiente, ideologia e direitos humanos. **El País Brasil**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548175604\\_469971.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548175604_469971.html)>. Acesso em: 7 abr. 2023.

CARDOSO, Alessandra et al. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União**. Brasília: INESC, 2021.

RAMOS, Guilherme Antunes. Bolsonarismo, conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. **Mural Internacional**, v. 11, 2020.

---

\* Mestra em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF) e pesquisadora do Laboratório NEXUS: Segurança e Desenvolvimento na Política Global (UFF). E-mail: [karimecheaito@id.uff.br](mailto:karimecheaito@id.uff.br)